AÇÃO DE USUCAPIÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA\_\_\_\_\_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(qualificação), residente e domiciliado na Rua\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RG nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu procurador infra-assinado, inscrito na OAB nº\_\_\_\_\_\_\_\_, atuante no endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_onde recebe as intimações, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 183 da Constituição, propor

AÇÃO DE USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL URBANO

em face de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(qualificação), portador do RG\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DOS FATOS

\*Colacionar fatos e documentos na ação que demonstrem ter preenchidos os requisitos do usucapião urbana que estão previstos no artigo 183 da Constituição que revela: artigo 183 da Constituição Federal, segundo o qual: “Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”. Também deve qualificar as pessoas que residem com o desejo de permanecer ali e usucapir judicialmente o imóvel.

FUNDAMENTOS:

Utilizar toda legislação, doutrina e jurisprudência aplicadas ao caso.

REQUERIMENTOS:

Pelo exposto, requer:

a) A citação dos requeridos para contestar a ação sob pena de revelia, como também, a citação dos residentes no imóvel que se pleiteia, já apontados na exordial.

b) A intimação do ilustre representante do Ministério Público e dos representantes da Fazenda Pública Municipal , Estadual e da União.

c) A utilização de todos os meios de prova admitidos em direito.

d) A procedência da ação para que o requerente tenha declarado judicialmente o domínio do bem imóvel e, assim, possa registra-lo no Cartório de Imóveis como legítimo proprietário.

Dá-se à causa o valor de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.(o valor do imóvel).

Termos em que

Espera Deferimento

(Local, Data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Advogado

OAB n°